DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXV

Florianópolis, 19 de dezembro de 1958

NÚMERO 6.231

GOVERNO DO ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 36

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de aditamento celebrado em data de 5 de dezembro do corrente ano, ao contrato firmado entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a firma "Magular S. A.", em 27 de janeiro de 1954, para a execução de serviços de terraplenagem no trecho Mafra-Rio Negrinho, da estrada Pôrto União, São Francisco do Sul.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 9 de dezembro de 1958.

HERIBERTO HOLSE
Heltor Ferrari
Victor Antônio Peluso Júnior

Termo de aditamento ao contrato de empreitada, celebrado em data de 27 de janeiro de 1954, entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a firma Magular S. A. — Engenheiros Construtores, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à rua José Loureiro, 55 — sala 1.512, para a execução de serviços de terraplenagem no trecho Mafra-Rio Negrinho, da Estrada Pôrto União, São Francisco do Sul, na forma que abaixo se declara.

Aos dias cinco (5) do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e oito (1958), nesta Procuradoria Fiscal da Fazenda Estadual localizada em uma das salas do 1º pavimento do Palácio das Secretarias, compareceram de um lado, o Governo do Estado de Santa Catarina, devidamente representado pelo senhor doutor Antônio Romeu Moreira, Procurador Fiscal do Estado, neste ato, designado simplesmente contratante, e, de outro lado à firma Magular S. A. Engenheiros Construtores, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à rua José Loureiro, 55 sala n. 1.512, representada neste ato, pelo senhor doutor Paulo Müller de Aguiar, diretor-presidente, brasileiro, casado, engenheiro, residente em Curitiba, Estado do Paraná, conforme poderes constantes do contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o n. 13.638 e arquivada nesta Procuradoria Fiscal, neste ato designado simplesmente "Empreiteira", ex-vi de procuração lavrada no tabelião Adeodato Arnaldo Volpi, às fls. 396, do livro n. 40 p., devidamente representado pelo senhor Gustavo Walter Prehs, brasileiro, casado, contador, residente na cidade de Curitiba, declarando ambas as partes contratantes, vir assinar o presente termo de aditamento ao contrato celebrado em data de 27 de janeiro de 1954, para a execução do serviço de terraplenagem no trecho Mafra-Rio Negrinho, na Estrada Pôrto União, São Francisco do Sul, para os fins de ele se incorporar o presente termo de aditamento, que fica fazendo parte integrante do termo de contrato, após prévia autorização do presente aditamento, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

CLAUSULA II

A Cláusula V, do termo de contrato lavrado na PJ/DER/SC., sob o n. PJ/39 aos 27 dias do mês de janeiro de 1954, terá a seguinte redação:

Preços e pagamentos: — O Governo pagará à Empreiteira pela execução dos serviços contratados na base dos preços unitários constantes da tabela do DER/SC., aprovada pelo Conselho Rodoviário do Estado, em sessão de 5 de março de 1958, acrescidos de 35%, permanecendo as demais expressões e cláusulas em pleno vigor.

O presente termo de aditamento somente produzirá seus jurídicos e legais efeitos após devidamente aprovado e registrado pelo Tribunal de Contas do Estado.

E, como assim foi dito e à vista da autorização contida em 3.423, de 27.11.58, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, mandou o senhor doutor Antônio Romeu Moreira, Procurador Fiscal do Estado, lavrar o presente termo de aditamento, que o assina juntamente com o senhor Gustavo Walter Prehs, bem como as testemunhas a este ato presentes senhores: Delamar Vieira, brasileiro, casado, comerciante, residente em Coqueiros e Wilson Geraldo Jorge, brasileiro casado, bancário, residente nesta Capital, para todos os efeitos legais e seu fiel cumprimento. Eu, Dilma Zomer, Contabilista A-17, servindo nesta Procuradoria Fiscal, o escrevi.

Sobre selos estaduais no valor de Cr\$ 9,00 (nove cruzeiros) e taxas de saúde no valor de Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros), devidamente inutilizadas constam as assinaturas de Antônio Romeu Moreira e Gustavo Prehs, e mais abaixo as testemunhas senhores: Delamar Vieira e Wilson Geraldo Jorge.

(Reproduzido por ter saído com incorreção).

DECRETO N. 805

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere a lei n. 1.919, de 6 de dezembro de 1958,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício o crédito especial de cento e oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 180.000,00) para fazer face aos pagamentos decorrentes com os aluguéis dos prédios onde se acham instalados os Postos de Saúde de Coral, Palhoça, Assurua, Valões, Içara e Nova Veneza.

Art. 2º — Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 19 de dezembro de 1958.

HERIBERTO HOLSE
Hercilio Deeke

Portarias de 1º de dezembro de 1958

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:

Anita Rosso (Irmã Maria Notburga), Regente de Ensino Primário, padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo (Escola isolada de Alecrim, município de São Joaquim), para ter exercício nas Escolas Reunidas "Professora Nila Sardá", de Forquilha, distrito e município de Criciúma, a contar de 1º de março de 1958, até 15 de dezembro do mesmo ano.

Solange Souza Cravo, Regente de Ensino Primário, padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo (Escolas Reunidas "Nélia Ribeiro de Almeida", de Salto Veloso, município de Videira), para ter exercício nas Escolas Reunidas "Major João Netto", de Magalhães, município de Laguna, até 15 de dezembro de 1958.

Daniel Agostini, Regente de Ensino Primário, padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo (Escola isolada de São Jorge, distrito de Apiuna, município de Indaial), para ter exercício na Escola isolada de Estradinha, distrito e município de Indaial, a contar de 1º de março de 1958, até 15 de dezembro do mesmo ano.

Firminio Rovaris, Regente de Ensino Primário, padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo (Escolas Reunidas "Major C. de Almeida", da vila de Tupitinga, município de Campos Novos), para ter exercício na Escola isolada de Rio Cedro Médio, distrito de Nova Veneza, município de Criciúma, a contar de 1º de março de 1958, até 15 de dezembro do mesmo ano.

Isabel Sônego, Regente de Ensino Primário, padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo (Escolas Reunidas "Prof. João Tolentino de Souza Júnior", de Boa Esperança, distrito de Vidal Ramos, município de Brusque), para ter exercício no Grupo Escolar "Padre Miguel Giacca", de Rio Maina, distrito e município de Criciúma, a contar de 16 de abril de 1958.

Maria Domingos, Regente de Ensino Primário, padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo (Escola isolada de Serraria Desquite, distrito de Palmeiras município de Lajes), para ter exercício no Grupo Escolar "Padre Miguel Giacca", de Rio Maina, distrito e município de Criciúma, a contar de 1º de março de 1958.

Dalva Damásio Duarte, Regente de Ensino Primário, padrão I-2 (Escolas vila de Água Doce, município de Joacaba), para ter exercício no Grupo Escolar "Prof. Patrício Teixeira Brasil", do município de São João Batista, a contar de 1º de abril de 1958.

Ruth Knabben Benedt, Regente de Ensino Primário, padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo (Escolas Reunidas "Profª Alice Dias Paulo", município de Tubarão), para ter exercício no Grupo Escolar "Henrique Fontes", de Tubarão.

Ciléssia Zilli, Regente de Ensino Primário, padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo (Escola isolada de Pinheiros Ralós, distrito de São José do Cerrito, município de Lajes), para ter exercício na Escola isolada de Linha Ex-Patrimônio, distrito e município de Criciúma, a contar de 1º de março de 1958.

Feliciana Sbardella Lazzarotti, Regente de Ensino Primário, padrão I-2 (Escola isolada de Suruvi município de Concórdia), para ter exercício na

Escola isolada de Sede Brum, município de Concórdia.

Lídia Karkle, Regente de Ensino Primário, padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo (Escola isolada de Constantivos, distrito de Campo Belo do Sul, município de Lajes), para ter exercício no Grupo Escolar "Manoel Dutra Bessa", de Esquina, distrito e município de Urubici, a contar de 1º de março de 1958.

Hailton Alberton, Regente de Ensino Primário, padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo (Escola isolada de Santa Teresinha, distrito de Taíó, município de Itaipópolis), para ter exercício no Grupo Escolar "Dom Joaquim", de Braço do Norte, a contar de 15 de abril de 1958.

Custódia Maria da Silva Tavares, Regente de Ensino Primário, padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo (Escola isolada de Alto Alegre, distrito e município de Capinzal), para ter exercício nas Escolas Reunidas "Lino Pessóá", de Ilhota, distrito e município de Tubarão.

Nícia Rodrigues, ocupante do cargo da classe A-6, da carreira de Professor Normalista, do Quadro do Poder Executivo (Grupo Escolar "José do Patrocínio", da vila de Siderópolis, no município de Urussanga), para ter exercício no Grupo Escolar "Hercílio Luz", de Tubarão, até 15 de dezembro de 1958.

Maria Helena Sampaio Rodrigues, ocupante do cargo da classe A-6, da carreira de Professor Normalista, do Quadro do Poder Executivo (Grupo Escolar "Lucas Bez Batti", de Santa nã, no município de Urussanga), para ter exercício no Grupo Escolar "Henrique Fontes", de Tubarão, até 15 de dezembro de 1958.

Arlete Maria Souza, Professora Normalista, classe A-6, do Quadro do Poder Executivo (Grupo Escolar "Aripreste Paiva", de Curitibaanos), para ter exercício no Grupo Escolar "Belizário Ramos", de Lajes, a contar de 1º de março de 1958.

Irmã Eufemia Gaudeda, Regente de Ensino Primário, padrão I-2, para responder pela direção do Grupo Escolar "Alinor Vieira Côte", de Papanduva, a contar de 1º de março de 1958, com a gratificação mensal de Cr\$ 2.100,00, correndo a despesa por conta da dotação 1-1-11, do orçamento vigente, enquanto dura ro impedimento da titular Ester Soares de Carvalho, que se encontra fazendo Curso no INEP.

Conceder licença:

De acordo com o art. 131, combinado com o art. 137, da lei n. 193, de 18 de dezembro de 1954:

A Manoel Ferreira de Araújo, Servente, referência VII (Escola Normal "Pedro II" de Blumenau), de 180 dias, com vencimento integral, a contar de 25 de setembro de 1958.

A Laura de Oliveira Korb, Complementarista, referência VII (Escola estadual de Carvalho, distrito e município de Itajaí), de 130 dias, com vencimento integral, a contar de 1º de agosto de 1958.

A Maria de Lourdes Flôres, Regente de Ensino Primário, padrão I-2 (Escolas Reunidas "Profª Alzira Palumbo", de Picarras, distrito e município de Penha), de 180 dias, com vencimento integral, a contar de 1º de setembro de 1958.

A Maria Rodrigues Mendonça, Ze-

As assinaturas do DIÁRIO OFICIAL poderão ser tomadas em qualquer época, sempre pelo prazo de um ano, observada a seguinte tabela:

Particulares Cr\$ 150,00
Funcionários Cr\$ 129,00

Para facilitar aos senhores assinantes, val impressa junto ao endereço a data do término da assinatura, que será suspensa tão logo esteja vencida.

Pede-se o obsequio de renová-la com antecedência de 30 dias.

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO

DIÁRIO OFICIAL

WALDYR GRISARD — Diretor em exercício
Rua Jerônimo Coelho, n. 15 — Cx. Postal 138
Telefones: Diretor — 3079 — Portaria — 2658

Serão aceitos para publicação somente originais dactilografados de um só lado do papel e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, as emendas e rasuras que nos mesmos se verificarem.

A comunicação do preço é feita por telegrama, sendo os originais encaminhados à publicação somente depois de haver a Tesouraria recebido a importância relativa.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, em casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Secção de Redação, no máximo até cinco dias depois da saída do jornal.

As Repartições Públicas deverão providenciar para que a matéria destinada à publicidade seja entregue com um dia de antecedência.

ladora, referência VII (Grupo Escolar "Monsenhor Giesberts", de Armazém, município de Tubarão), de 180 (cento e oitenta) dias, com vencimento integral, a contar de 1º de agosto de 1958.

to e oitenta) dias, com vencimento integral, a contar de 1º de agosto de 1958.

zeres, Maria Teresinha Martins, Jaimira Maria Turcato dos Santos, Doralina da Silva Diniz, Maria Teresa Régis, José João Pacheco, Justino Simas, José Nazareno Coelho, Waldim

Rodrigues, José Manoel da Silva, João Batista dos Santos Filho, Vêlnor Barbi, Júlio João Vilpert, Jacinã Maria Cr\$ 150,00.
da Rosa, Manoel Braz da Silva —

SECRETARIAS DE ESTADO

AGRICULTURA

DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

Inspetoria do 1º Distrito
SEDE EM FLORIANÓPOLIS

Edital n. 34 — Prazo de 30 dias

De ordem do sr. eng. diretor de Terras e Colonização, faço público a quem interessar possa, que as petições requerendo terras devolutas, cujos números, áreas, situações, confrontações e nomes dos requerentes vão abaixo mencionados, se acham nesta I. T. C. com vistas aos oponentes ou interessados, no prazo acima referido, findo o qual e não havendo constatação serão as ditas petições após verificação oficial, encaminhadas para despacho final do exmo. sr. Governador.

das para despacho final do exmo. sr. Governador.

Município de Florianópolis
N. 12.673-M-56, Walter Fernandes Requer 50 hectares de terras devolutas no lugar Pantano do Sul, distrito de Ribeirão da Ilha, com as seguintes confrontações: Norte, com terras devolutas; sul, com travessão Tiriirica; leste, com Maria Régis Jovino Ascênio, João Régis e Dona Joana de Tal; oeste, com Alípio Amaro Duarte.

E, para que ninguém alegue ignorância, lavrei o presente edital do qual extraí cópias para serem publicadas no "Diário Oficial" e afixadas nos lugares mais públicos do município de Florianópolis.

Florianópolis, 22 de novembro de 1958.

Djalma Luiz Menguilhott, p/inspetor.

REPARTIÇÕES FEDERAIS E AUTARQUICAS

DELEGACIA DE FLORIANÓPOLIS

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos

Conselho Fiscal

EDITAL

Na conformidade do disposto no § 3º, do art. 120, do decreto n. 1.918, de 27 de agosto de 1937, notifico a comparecerem nesta Delegacia, sita à rua João Pinto n. 9, sobrado, no horário das 12 às 18 horas, os interessados nos processos de benefícios abaixo relacionados, a fim de tomarem conhecimento das Resoluções do Conselho Fiscal desta Instituição e dentro do

prazo de trinta (30) dias consecutivos, contados da data de publicação deste edital, interponerem recurso ao órgão superior, sob pena de serem considerados peremptos:

Proc. IAPM — N. 12.259/55 — Orlando Francisco Paim.
Proc. IAPM — N. 10.280/57 — Hercínio Rocha Linhares.

Proc. IAPM — N. 26.369/52 — Mário Linhares.

Proc. IAPM — N. 2.988/57 — Alpheu José de Souza.

Florianópolis, 2 de dezembro de 1958.

Nívio Pinto de Andrade, Respondendo pelo Expediente da Delegacia. (3467)

PREFEITURAS MUNICIPAIS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

DECRETO

O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o n. III, do art. 1537, da lei n. 246, de 15 de novembro de 1955 resolve:

Aposentar:

Aleida Ferrari Kowalski, no cargo

de Contador, padrão Z-1, do Quadro Único do Município, com os proventos anuais de Cr\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil cruzeiros).

Florianópolis, 1º de dezembro de 1958.

Osmar Cunha, prefeito municipal.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

INDÚSTRIAS GERAIS LORENZ S. A.

Assembléia geral ordinária

São convidados os senhores acionistas desta sociedade para a assembléia geral ordinária, a realizar-se no dia 31 de dezembro do corrente ano, às 9 (nove) horas, na sede social, à rua Benjamin Constant, s/n., na cidade de Timbó, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º) Apresentação, discussão e aprovação do balanço geral, conta de "lucros e perdas" e parecer do conselho fiscal, tudo referente ao exercício social de 1958 (período de 1-10-57 a 30-9-58).

2º) Eleição do conselho fiscal, membros efetivos e suplentes para o exercício de 1959.

3º) Assuntos diversos.

Aviso

A diretoria desta sociedade avisa aos senhores acionistas que estão à sua disposição, na sede social, à rua Benjamin Constant, s/n., na cidade de Timbó, os documentos de que trata o art. 99, do decreto-lei n. 627,

de 26 de setembro de 1940. Timbó, 25 de novembro de 1958.

Fritz Lorenz, diretor-presidente
Hans Lorenz, diretor-gerente
Diether Lorenz, diretor-gerente

(3-3) (3413)

INDÚSTRIA ANTÔNIO KAESSEM DEL S. A.

Assembléia geral extraordinária

São convidados os senhores acionistas para comparecerem na sede social, em Oxford, São Bento do Sul, no dia 27 do corrente mês, às 14 horas, a fim de, reunidos em assembléia geral extraordinária, deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Eleição para a diretoria.
2º — Alteração dos artigos 2º, 11, 12, 15 e 16 e inclusão de novas disposições nos estatutos sociais.

3º — Assuntos diversos de interesse da sociedade.

Oxford, São Bento do Sul, 11 de dezembro de 1958.

Francisco Paulo Kaesemodel e Wifredo Diener, diretores.

(3-3) (3438)

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Salários-família despachados pelo exmo. sr. Governador

8 DE DEZEMBRO

Maria Almeida Zimmermann — Cr\$ 1.200,00.
Jurema da Silva Pereira — Cr\$ 1.050,00.

João Inácio Melzi, Alice Dalponte Sandrini, Sebastião Maciel — Cr\$ 900,00.

João Maria de Jesus, Francisca Pôrto Martins — Cr\$ 750,00.

Leonida Miranda Barbosa, Laura Maximiliano Coelho, Maria Domingos Thiesen, Madalena Dolores Pavesi, Maria Machado Becker, José Israel dos Santos, Laurindo Tesser — Cr\$ 600,00.

Enedina Florin, Maria Cardoso Furlanetto, Job Manoel Sardá, Laide Valentina Borba, Maria Etelvina da Silva, Maria de Lourdes Campos dos Santos — Cr\$ 450,00.

Julietta Gomes Linhares, José Tavares de Souza, Celso Pereira, Antônio Hermes Faedo, Teresa Lopes Coelho, Irênio Hermes Pereira, Marília Soethe, Maria da Silva Santos, Maria José Prudêncio da Costa, Izêmia Silvestre Martinello, Norma Cúrcio de Oliveira — Cr\$ 300,00.

João Acelino de Senna, Maria Ferreira Horbach, José Joaquim Ardino, Jocely Duarte Rossi, Sulamita de Athayde Furtado, Luci Broering Corrêa, Laci Souza Ledoux, Helena Maria dos Reis Santos, Ivone Savi Pessetti, Maria de Lourdes Zunino Duarte, Maria de Lourdes Brito Lemos, Maurícia Francisca da Silva, Maria José Chaves Rover, Margarida Rodrigues König, Maria de Lourdes Rosendo Nunes, Lília de Mello Garcia, Maria dos Santos Duarte Corrêa, José Eduardo Felácio, Marina de Sá Rodrigues, Maria do Carmo Rosendo

Barbosa, Vânia Brandl Brodbeck, Líno Bellé, Lourival Barreto, Maria Verônica M. Sabino, Jurema Bez Mendes, Jurema Souza da Silva, Malvina de Souza Paris, Marina Luci Medeiros, Angelina Vigolo Helmann, Leonita de Souza Cardoso, Maria Luiza de Souza Lídio, Maria da Glória Brandt Coelho, Maria Teresinha dos Anjos, João Edú Colaco, José Marcelino Schaefer, José Beno Klaus, João da Costa Vieira, Maria Ferreira Ziemann, Maria Odete Dutra Veiga, Maria Josefina Secchi Lorenzi, Jaime Gustavo Pereira, Maria Angelina Palavro, Maria Idalina Pinheiro da Silveira, Maria Castagnetti Dagostini, Marlene Zimmermann, José da Silva, Manoel Valentim, Maria de Souza Lopes, Rosalina Justi Truá, Judite Maria de Amorim Cúrcio, Maria de Lourdes Balança Miranda, José Manoel Sotéro, Jovina Pereira de Souza, Maria Alice de Souza Anderson, José Manoel Alves, Maria Faial Arsenio, Maria Beltrame Antunes, Maria Marquetti, Maria da Glória Silva Caetano, Maria Arclia Cross de Aguiar, Maria Francisca Teixeira, José Alcides Goulart, Maria Martins Rocha, Maria Brina Dal Toé, José Tuon, João Daniel Júnior, Redamys Raueback, Macário da Silva, Mário Antônio Marques, Manoel Tomé Leal, Gentil da Silva, Ivete Constante Kretzer, João Pedro da Silva, José de Jesus Dutra, José Leite, José Eliziário Miguel, Maria Vergínia Gomes Cardoso, Alvinha Galvão de Oliveira, Damião Panchiniak, José Carlos Vituoso, Norma Henriqueta Pereira, Nilton de Freitas, Nilce Silveira Mendes, José Seixas Ribeiro, José Rezende de Lima, José João Machado, Joaquim dos Santos, Murilo Pundek, Benvenida Contessi Corrente, Maria Santos Costa, Mczart José Duarte, Miguel Pra-

CRISTAIS HERING S. A.

Ata da assembléa geral extraordinária

Aos doze dias do mês de novembro de um mil, novecentos e cinquenta e oito, pelas dez horas, reuniram-se em assembléa geral extraordinária, os acionistas da Cristais Hering S. A., em sua sede social, ao Largo Coronel Feddersen, s. n., em Blumenau, Santa Catarina, em virtude de convocação prévia, regularmente feita e publicada no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, em suas edições ns. 6.194, 6.195 e 6.197, de 22, 23 e 27 de outubro de 1958, e no jornal "A Nação", em suas edições ns. 252, 253 e 254, de 21, 22 e 23 de outubro do corrente ano. Assumiu a presidência a diretoria, sr. Alice Hering, que convidou a mim, Georg Pospischil, para servir de secretário, ficando assim constituída a mesa. Pela presidente foi dito, que havia verificado, que se achavam presentes à assembléa acionistas, representado, o total do capital social, tendo em vista as declarações feitas no livro de presença de acionistas e a exibição dos respectivos títulos representativos, pelo que dava a assembléa por válidamente instalada e iniciados os trabalhos. Pediu ao secretário que lesse o edital de convocação, a que acima se fez referência, o que foi feito e que é do teor seguinte: "Cristais Hering S. A. Assembléa geral extraordinária. Convocação. São convidados os senhores acionistas desta sociedade anônima para tomarem parte na assembléa geral extraordinária a ser realizada em sua sede social, ao Lgo. Cel. Feddersen, s. n., em Blumenau, Santa Catarina, pelas 10 horas do dia 12 de novembro de 1958 com a seguinte ordem do dia: 1º — Aumento do capital social e alteração dos estatutos; 2º — outros assuntos de interesse da sociedade. Blumenau, 20 de outubro de 1958. Alice Hering, diretora". Na ordem do dia, a presidente disse, que submetia à discussão da assembléa a exposição justificativa e proposta da diretoria, para aumento de capital social para Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), com o parecer favorável do conselho fiscal, que se achavam sobre a mesa, e que passo a transcrever: 1º — "Cristais Hering S. A. Exposição justificativa e proposta da diretoria. Prezados senhores acionistas: I. Tendo em vista o desenvolvimento dos negócios sociais, esta diretoria vem propor um aumento social de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) para Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros). Este aumento será feito mediante emissão de mais 24.000 (vinte e quatro mil) ações ordinárias, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) cada uma. O aumento poderá ser subscrito pelos acionistas na proporção de seu capital, sendo também facultada a subscrição de acionistas, de acordo com a lei. A integralização do aumento poderá ser feita total ou parcialmente, em dinheiro ou com créditos, que os acionistas possuírem na sociedade. Caso for aprovada esta proposta, o artigo 6º, passará a ter a seguinte redação: "Art. 6º — O capital social é de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), dividido em 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) cada uma, integralmente realizado", ficando os dizeres do parágrafo único deste artigo sem alterações. II. A fim de melhor atender aos interesses de nossa sociedade, propõe esta diretoria ainda, que os estatutos sociais sejam alterados da forma que segue: a) No artigo 6º, substitua-se: "parágrafo único" por "§ 1º", e b) — ao artigo 6º, seja acrescentado o § 2º, com a seguinte redação: "§ 2º — Fica destinada a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para o fim único de comércio por grosso de mercadorias adquiridas de terceiros". É a proposta que a diretoria tem a fazer, e para a qual espera a apro-

vação da assembléa geral. Blumenau, 16 de outubro de 1958. Alice Hering, J. H. Zadrozny, diretores". 2º — "Cristais Hering S. A. Parecer do conselho fiscal. Os abaixo-assinados, membros efetivos do conselho fiscal da Cristais Hering S. A., tendo estudado a exposição justificativa e proposta da diretoria, para aumento do capital social de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) para Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), a aprovam e são de parecer, que a proposta da diretoria merece a aprovação da assembléa geral extraordinária, que for convocada. Blumenau, 17 de outubro de 1958. Guilherme Bonnet, Armi Baumgarten, Reynaldo Pfau, conselheiros". Depois de amplamente discutidos os assuntos, foram os documentos acima transcritos submetidos à votação, resultando sua unânime aprovação pela assembléa. A seguir a presidente declarou, que suspendia a reunião a fim de que os acionistas usassem o seu direito de preferência, procedendo a subscrição do aumento do capital social e assinando o respectivo boletim de subscrição. Reiniciados os trabalhos, a presidente verificou, que o aumento do capital social foi totalmente subscrito como segue: "Boletim de subscrição do aumento do capital social da Cristais Hering S. A., de Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros), ou seja, um aumento do capital social de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) para Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), dividido em 24.000 (vinte e quatro mil) ações ordinárias "ao portador", de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) cada uma. Subscritores: Fábrica de Gaitas "Alfredo Hering" S. A. — Comércio e Indústria. Nacionalidade: brasileira. Objeto: industrial. Sede: Blumenau. Ações n. 24.000 (vinte e quatro mil), importância de Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros). Forma de realização: Direitos creditórios. Assinatura: Fábrica de Gaitas "Alfredo Hering" S. A. — Comércio e Indústria. Alice Hering, J. H. Zadrozny, diretores. Blumenau, 12 de novembro de 1958. Alice Hering e J. H. Zadrozny, diretores". Disse a presidente, que de sua parte expressamente desistia a favor dos demais acionistas de seu direito preferencial de subscrição. Pelos outros acionistas presentes, que deixaram de assinar o boletim de subscrição, foi feita idêntica declaração. Usando da palavra, acionista sr. W. Paul Hering propôs, que uma vez, que a Fábrica de Gaitas "Alfredo Hering" S. A. — Comércio e Indústria possuía crédito suficiente nesta sociedade, declaração esta que foi confirmada pelo diretor-gerente da Cristais Hering S. A., também presente, o qual se verificou crédito suficiente, assim ficaria a diretoria expressamente autorizada a utilizar do crédito de subscrito, até o montante do valor da subscrição, ficando deste imediatamente integralizado o aumento do capital social. Esta proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida a presidente suspendeu mais uma vez os trabalhos, declarando, que ia mandar recolher a Coletoria das Rendas Federais o imposto do selo proporcional sobre esse aumento do capital social. Repetida a sessão, a presidente declarou que foi feito o pagamento e apresentou o respectivo talão, que vai a seguir transcrito: "Segunda Coletoria das Rendas Federais em Blumenau. N. 223. Primeira via. Exercício de 1958. Imposto do selo — por verba. Cr\$ 72.000,00. Fica debitado o sr. coletor pela quantia de setenta e dois mil cruzeiros recebida de Cristais Hering S. A., proveniente do Imposto do Selo por Verba sobre aumento capital social de Cr\$ 12.000.000,00 conforme ata da assembléa realizada em 12-11-58 — aumento capital de Cr\$ 8.000.000,00 para Cr\$ 20.000.000,00 — conforme verba n. Coletoria das Rendas Federais, em 12 de novembro de 1958. O coletor, assinatura ilegível. O escrivão, assinatura ilegível". Declarou afinal

a presidente, de que com isto estava efetuado o aumento do capital social para Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), todo subscrito e realizado com crédito na sociedade, declarando mais, que com esta data passará o artigo 6º dos estatutos sociais a vigorar com a redação da proposta da diretoria. Referente ao item II, da proposta da diretoria, de alterar os estatutos sociais no sentido já acima transcrito, a presidente solicitou o pronunciamento da assembléa, a qual, por unanimidade resolveu aceitar também esta alteração na forma da proposta da diretoria. Facultou a seguir o palavra a quem dela quisesse fazer uso. Não havendo quem usasse da palavra, deu a presidente por encerrados os trabalhos desta assembléa geral extraordinária, de que se lavrou esta ata, que lida e aprovada vai assinada por mim, Georg Pospischil, secretário, que a fiz e pelos acionistas presentes. Blumenau, doze de novembro de 1958. Georg Pospischil, Alice Hering, W. Paul Hering, Fred Hering, J. H. Zadrozny, Guilherme Bonnet, Karl F. Strauss, Fábrica de Gaitas "Alfredo Hering" S. A. — Comércio e Indústria, Alice Hering, J. H. Zadrozny, diretores. Confere com o original lavrado a fls. 13 e 14 do livro de atas respectivo. Blumenau, 12 de novembro de 1958. Georg Pospischil, secretário.

Reconheço como verdadeira a firma supra de Georg Pospischil. Blumenau, em 19 de novembro de 1958. Em test. WK. da verdade. Waltrudes Koball.

N. 12.299 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 101,50 de selos federais e Cr\$ 2.002,00 estaduais por estampilhas para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina em Florianópolis, 27 de novembro de 1958.

O secretário: Eduardo Nicolich. A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado em Florianópolis, 27 de novembro de 1958.

Eduardo Nicolich, secretário. (3310)

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Certifico em virtude do despacho do sr. presidente da Junta Comercial, exarado no requerimento sob número três mil, quinhentos e onze (3.511), datado de vinte (20) de novembro do corrente ano, do senhor Adauto Vieira, residente nesta Capital, que dos documentos arquivados nesta Junta Comercial do Estado, consta a ata da assembléa geral ordinária da firma "Panificadora Oswaldo Brehson S. A. — Indústria e Comércio", sediada na cidade de Rio do Sul, neste Estado, realizada no dia quinze (15) do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e oito (1958), que tem o teor seguinte: (a.) Eduardo Nicolich, secretário. 12.258. Panificadora Oswaldo Brehson S. A. — Indústria e Comércio. Ata da assembléa geral ordinária. Aos quinze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, às dez horas, presentes os acionistas em número suficiente para a assembléa legalmente funcionar e que constam do livro de presença dos acionistas, instalou-se a assembléa geral ordinária da Panificadora Oswaldo Brehson S. A. — Indústria e Comércio, no Escritório a rua Carlos Gomes, desta cidade de Rio do Sul, convocada de acordo com as publicações no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina nos dias 1º, 2 e 3 do mês de setembro do ano em curso e no jornal local "Nova Era", nos dias 30 de agosto, 6 e 13 de setembro deste ano. De conformidade com os estatutos assumiu a presidência a senhora Selma Brehson, diretora-presidente que convidou para se-

cretária a sr. Irmgardes Nagel Bugmann, ficando assim constituída a mesma. Dando início aos trabalhos a senhora presidente pediu a secretária que procedesse a leitura da convocação acima referida do qual consta a seguinte ordem do dia: I — Exame, discussão e aprovação do balanço, conta de lucros e perdas e demais documentos do exercício encerrado; II — eleição do conselho fiscal e seus respectivos suplentes; III — outros assuntos de interesse social. Em seguida a senhora presidente mandou proceder a leitura do relatório, balanço geral, conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, documentos esses que foram publicados no jornal "Nova Era" desta cidade e que foram encaminhados, também, juntamente com o edital de convocação da assembléa ao "Diário Oficial" do Estado, não tendo porém, essa diretoria, até a presente data, recebido o exemplar da referida publicação. Finda a leitura a senhora presidente submeteu esses documentos à discussão e posterior votação, tendo sido unanimemente aprovados, com as abstenções legais. Em seguida procedeu-se a eleição do conselho fiscal e seus suplentes que, resultou na eleição dos senhores Helmut Baumgarten, Roland Moser e Herbert Duwe e para suplentes os senhores Alfredo Wuerz, João Laguna e Fridolino Porath, todos brasileiros e residentes nesta cidade de Rio do Sul, com a remuneração anteriormente já prevista. Chegando ao terceiro e último ponto da ordem do dia a senhora presidente facultou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestasse deu por encerrada a sessão, após agradecer a presença dos senhores acionistas e lavrada a presente ata, a qual depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada, por todos os presentes. (Assinados) Selma Brehson, Curt Brehson, Frederico Brehson, Magdalena B. Siwert, Siegfried Brehson, Oswaldo Brehson, Edmundo Kinas, Ricardo Bugmann e Irmgardes Nagel Bugmann. A presente cópia dactilografada conforme as páginas 13v. e 14. (Assinado) Irmgardes Nagel Bugmann, secretária. Número 12.258 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial, em sessão de hoje. Pagou na 1ª via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento. Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 6 de novembro de 1958. (Ass.) Eduardo Nicolich, secretário. As estampilhas acima mencionadas, inutilizadas assim: Florianópolis, 6 de novembro de 1958. (Ass.) Eduardo Nicolich, secretário. Em carimbo: Junta Comercial do Estado. Florianópolis. É o que há com relação ao pedido do suplicante, pelo que eu, Eduardo Nicolich, secretário da Junta Comercial do Estado, mandei dactilografar a presente certidão, que conferi, subscrevi e assino aos vinte (20) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e cinquenta e oito (1958). Secretaria da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 20 de novembro de 1958. Eduardo Nicolich, secretário.

(3269)

NOSSO PÓSTO S/A CARROS DIESEL

São convidados os acionistas desta sociedade, para a assembléa geral extraordinária a realizar-se no dia 26 do corrente mês às 9 (nove) horas, em sua sede social, à rua Santos Saralva n. 849 a fim de discutir a prestação de contas do liquidante e o encerramento das atividades da empresa.

Florianópolis, 16 de dezembro de 1958.

José Corrêa Teixeira Filho, diretor-presidente.

(3-3)

(3416)

DIÁRIO DA JUSTIÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO IV

Florianópolis, 19 de dezembro de 1958

NÚMERO 727

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edital n. 565

De ordem do exmo. sr. desembargador presidente da 2a. Câmara Civil, torno público que, na sessão desta data, foram sorteados os seguintes processos:

Apelação de desquite n. 1.469, de Joaçaba, apelante o dr. juiz de direito e apelados Manoel Bittencourt e sua mulher. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti.

Apelação cível n. 4.450, de Tijucas, apelante Elio Montibeller e apelada Cristina Montibeller. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti.

Agravo de petição n. 274, de Videira, agravante a Justiça e agravada Ferlin & Ribeiro. Relator o sr. des. Adão Bernardes.

Apelação cível n. 4.453, de Biguaçu, apelantes Otávio Narciso de Souza e sua mulher e apelado Delaudino Thiago da Silva. Relator o sr. des. Adão Bernardes.

Agravo de petição n. 276, de Criciúma, agravante Protetora, Companhia de Seguros Gerais e agravado João Amandio. Relator o sr. des. Vítor Lima.

Apelação de desquite n. 1.467, de Lajes, apelante o dr. juiz de direito da 1a. Vara e apelados Octacílio Joaquim Ribeiro e sua mulher. Relator o sr. des. Vítor Lima.

Apelação cível n. 4.454, de Florianópolis, apelante a firma Castro & Vieira Ltda. e apelado Ilmar de Carvalho. Relator o sr. des. Vítor Lima.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, 15 de dezembro de 1958.

Adir Caldeira, secretário da Câmara, em exercício

Edital n. 1.868

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, nesta cidade de Florianópolis, em a sala das sessões do Tribunal de Justiça, onde se encontrava o excelentíssimo senhor desembargador Vítor Lima, juiz semanário da segunda Câmara Civil, como escrivão, abaixo-assinado, aberta a audiência com as formalidades legais, procedeu-se a publicação dos seguintes acordãos:

Apelação cível n. 4.277, de São Francisco do Sul, relator o exmo. sr. des. Adão Bernardes, apelante José de Aquino de Souza, apelado João Alberto dos Santos: "unanimemente, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a decisão recorrida. Custas, pelo apelante".

Apelação cível n. 4.335, de Joinville, relator o exmo. sr. des. Vítor Lima, apelantes Edmundo Karl Kiewerter e Hermínio Basílio Corrêa, apelado Palmiro Gomes Vidal: "Por votação unânime, conhecer do recurso e por maioria de votos, dar-lhe provimento, em parte, para excluir da condenação o pagamento de honorários. Custas em proporção".

Apelação de desquite n. 1.457, de Criciúma, relator o exmo. sr. des. Adão Bernardes, apelante dr. juiz de direito, "ex-offício", apelados Tarcísio Leopoldo Althoff e s/m.: "Por votação unânime, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a decisão recorrida. Custas, pelos apelados".

Oswaldo Fernandes, escrivão.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Ato n. 378

O desembargador Severino Nicomézes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, no uso de suas atribuições e, atendendo a solicitação do exmo. des. Corregedor da Justiça Eleitoral, em ofício n. 8, de 28 de novembro de 1958,

RESOLVE:

Designar Maria Theresa Bastos Ferreira, ocupante do cargo da classe

"K", da carreira de Oficial Judiciário, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, para exercer, a função gratificada — FG-5, de Secretário do Corregedor, criado pela lei n. 3.460, de 19 de novembro de 1958, percebendo a gratificação fixada, a partir daquela data.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em Florianópolis, 16 de dezembro de 1958.

(as.) Alves Pedrosa

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SECCAO DE SANTA CATARINA
Edital n. 137-58

A Ordem dos Advogados do Brasil, em Santa Catarina, faz saber para os fins do decreto n. 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, que requereu inscrição provisória no Quadro dos Advogados o bacharel Jorge Chermem.

Qualquer membro da Ordem ou interessado poderá representar documentadamente contra o candidato à inscrição no prazo de cinco dias úteis contados da publicação do presente edital.

A inscrição em apêço poderá ser cancelada em virtude de perda ou carência de quaisquer dos requisitos dos arts. 13 e 15 do referido decreto.

Florianópolis, 15 de dezembro de

1958.
Altamiro Silva Dias, pelo 1º secretário.

Edital n. 138-58

A Ordem dos Advogados do Brasil, em Santa Catarina, faz saber para os fins do decreto n. 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, que requereu inscrição provisória no Quadro dos Advogados o bacharel Oswaldo Ferreira de Melo.

Qualquer membro da Ordem ou interessado poderá representar documentadamente contra o candidato à inscrição no prazo de cinco dias úteis, contados da publicação do presente edital.

A inscrição em apêço poderá ser cancelada em virtude de perda ou carência de quaisquer dos requisitos dos arts. 13 e 15 do referido decreto.

Florianópolis, 15 de dezembro de 1958.

Altamiro Silva Dias, pelo 1º secretário.

(3451)

Ata da sessão realizada aos 10 de dezembro de 1958, para eleição dos membros do conselho que dirigirá a secção no biênio 1959/1961

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, sita nesta cidade de Florianópolis à rua Trajano n. 1, às quatorze (14) horas, presentes os srs. conselheiros João Baptista Bonnassis, Nicolau Severiano de Oliveira, Nilson Borges, Francisco de Assis e os advogados Hélio Rosa, Hélio Sacilotti de Oliveira, Altamiro Silva Dias, João Momm, Giorgio Salussoglia, Mário Laurindo, Torquato de Andrade Botelho, Walter Jorge José e Oscar Pereira, foi pelo primeiro, na qualidade de presidente do conselho, declarada aberta a sessão que, na forma regulamentar e pelo edital n. 115/58, de quatro (4) de novembro findo, fora convocada para eleição dos vinte e um (21) membros do Conselho que deverá gerir os negócios da Seção no biênio de mil novecentos e cinquenta e nove a mil novecentos e sessenta e um (1959 a 1961). Vistoriada a urna, foi a mesma achada em ordem e lacerada iniciando-se para logo, o recebimento dos votos que, na forma do Regulamento, se prolongou por seis (6) horas, precisamente às vinte (20) horas foi encerrada a votação e designados pelo senhor presidente, os senhores Edmundo Acácio Soares Moreira, Nicolau Severiano de Oliveira, Hélio Sacilotti de Oliveira e Altamiro Silva Dias, para, sob a sua presidência comporem a Comissão Apuradora. Iniciados os trabalhos, verificou-se haverem votado cento e dezoito (118) advogados da Capital e cento e quarenta e cinco (145) residentes no interior e cujos votos foram remetidos por via postal. Examinados os votos oriundos do interior, decidiu a C. A. considerar nulos dezoito (18) votos, sendo: dez (10) por falta de quitação com a anuidade de mil novecentos e cinquenta e oito (1958); tres (3) por falta do reconhecimento da firma nos ofícios que acompanhavam os votos; quatro (4) votos por estarem assinalados e um (1) por haver sido remetido por advogado com inscrição cancelada. Votos computados: 245 (duzentos e quarenta e cinco), assim distribuídos: João Baptista Bonnassis — duzentos e quarenta e dois (242) votos; Aldo Avila da Luz — duzentos e vinte (220) votos; Edmundo Acácio Soares Moreira — duzentos e dezesete (217) votos; Pedro de Moura Ferro — duzentos e dezesete (216) votos; Estevam Freagapani — duzentos e oito (208) votos; Geraldo Gama Salles — duzentos e sete (207); Roberto Lacerda — duzentos e seis (206) votos; Nilson Vieira Borges — duzentos e quatro (204) votos; Francisco de Assis — duzentos e quatro (204) votos; Lauro Luiz Linhares — duzentos (200) votos; Joel Vieira de Souza — cento e noventa e oito (198) votos; Paulo Felipe — cento e oitenta e nove (189) votos; Nicolau Severiano de Oliveira — cento e oitenta e quatro (184) votos; Antônio Adolfo Lisboa — cento e sessenta e nove (169) votos; Alcebiades Valério Silveira de Souza — cento e vinte e seis (126) votos; Hamilton José

Hildebrand — cento e vinte e dois (122) votos; Thales Brognoli — cento e dezanove (119) votos; Walter Jorge José — cento e dezanove (119) votos; Nilton José Chermem — cento e dezoito (118) votos; Hamilton José de Moura Ferro — cento e dezesete (117) votos; Hélio Sacilotti de Oliveira — cento e treze (113) votos; Abelardo da Silva Gomes — cento e dez (110) votos; Clarno G. Gallotti — cento e nove (109) votos; Telmo Vieira Ribeiro — cento e quatro (104) votos; Rubens de Arruda Ramos — cento e um (101) votos; Nereu Ramos Filho — oitenta e nove (89) votos; Milton Leite da Costa — setenta e nove (79) votos; Rubem Moritz da Costa — setenta e três (73) votos; Altamiro Silva Dias — quarenta (40) votos; Othon da Gama Lobo d'Eça — vinte e nove (29) votos; Aderbal Ramos da Silva — vinte e oito (28) votos; João David Ferreira Lima — vinte e sete (27) votos; Henrique Rupp Júnior — vinte e seis (26) votos; João José de Souza Cabral — vinte e seis (26) votos; Oswaldo Bulcão Vianna — vinte e cinco (25) votos; Alcides Abreu — vinte e três (23) votos; João Bayer Filho — vinte e dois (22) votos; Renato Ramos da Silva — vinte dois (22) votos; Elpidio Barbosa — vinte e um (21) votos; Wilmar Orlando Dias — vinte (20) votos; Zany Gonzaga — dezanove (19) votos; Dante de Patta — dezanove (19) votos; Aldo Severiano de Oliveira — dezesete (17) votos; José Felipe Boabaid — dezesete (17) votos; Delfim Mário Pádua Peixoto — dezesete (16) votos; José da Luz Fontes — dezesete (16) votos; Antônio Gomes de Almeida — quinze (15) votos; Raul Pereira Caldas — quinze (15) votos; Wilfredo Currlin — quinze (15) votos; Júlio Arquimedes Coelho de Souza — quatorze (14) votos; Eglê Malheiros Miguel — onze (11) votos; Mário Laurindo — dez (10) votos; Affonso Maria Cardoso da Veiga — dez (10) votos; Henrique João Müller — dez (10) votos; Lydio Martinho Callado — dez (10) votos; Emanuel da Silva Fontes — nove (9) votos; Alvaro Millen da Silveira — nove (9) votos; Antenor Tavares — oito (8) votos; Dilermando Brito — oito (8) votos; José Boabaid — sete (7) votos; Carlos Loureiro da Luz — seis (6) votos; Carlos Zoenisch Ramcs — (6) votos; Henrique Berenhauer — cinco (5) votos; Benno Meyer Peressoni — quatro (4) votos; Moacyr de Oliveira — quatro (4) votos; Antônio de Freitas Moura — quatro (4) votos; Francisco Câmara Neto — quatro (4) votos; Gercy Cardoso — quatro (4) votos; Gecio Souza Silva — quatro (4) votos; João de Luna Freire — quatro (4) votos; Jorge da Luz Fontes — quatro (4) votos; Reinaldo Lacerda — quatro (4) votos; Valério Torquato de Andrade Botelho — quatro (4) votos; Abelardo de Assumpção Rupp — três (3) votos; Fulyvio Luiz Vieira — três (3) votos; Fernando Mendes de Souza Filho — dois (2) votos; João Baptista Gonçalves — dois (2) votos; Nilton Baptista da Silva — um (1) voto; Armando Sylvio Carreirão — um (1) voto; Aldo Guilhon Gonzaga — um (1) voto; Eurico Klettemberg Couto — um (1) voto; José Figueiró de Siqueira — um (1) voto; José Benedito Salgado de Oliveira — um (1) voto; Nulos — um (1) voto; Em branco — um (1) voto. Com este resultado o senhor presidente declarou eleitos para comporem o Conselho no biênio 1959 a 1961, os advogados: João Baptista Bonnassis; Aldo Avila da Luz, Edmundo Acácio Soares Moreira, Pedro de Moura Ferro, Es-

tevam Fregapani, Geraldo Gama Sales, Roberto Lacerda, Nilson Vieira Borges, Francisco de Assis, Lauro Luiz Linhares, Joel Vieira de Souza, Paulo Felipe, Nicolau Severiano de Oliveira, Antônio Adolfo Lisboa, Alcebíades Valério Silveira de Souza, Hamilton José Hildebrand, Thales Brognoli, Walter Jorge José, Nilton José Cherem, Hamilton José de Moura Ferro, e Hélio Saciloti de Oliveira. Foi determinada a publicação da presente ata no "Diário da Justiça" do Estado, e, decorrido o prazo regimental para recurso, a remessa de todo o material eleitoral ao E. Conselho Federal, encerrada a sessão, eu, Francisco de Assis, 2º secretário do Conselho, lavrei a presente ata que vai devidamente assinada. (Ass.) João Baptista Bonnassis — presidente; Edmundo Acácio Soares Moreira; Nicolau Severiano de Oliveira; Hélio Saciloti de Oliveira; Altamiro Silva Dias. Confere com o original. Aderbal Coelho, auxiliar de Secretaria. (3435)

FÓRO DA CAPITAL

REGISTRO CIVIL

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Sérgio Alberto da Nóbrega e Therezinha Pedrosa, solteiros, naturais deste Estado, nascidos em Blumenau. Ele, serventário da Justiça, filho de João Gomes Nóbrega e Sílvia Moellmann Nóbrega. Ela, doméstica, domiciliada e residente nesta Capital, filha de Severino Nicomedes Alves Pedrosa e de Iracema França Pedrosa. Sendo o noivo domiciliado e residente em Blumenau.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Florianópolis, 18 de dezembro de 1958.

Fernando Campo de Faria, oficial. (3465)

JUIZADOS DO INTERIOR

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE XANXERÊ

Edital

O doutor Odjalma Costa, juiz de direito desta comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dêem conhecimento tiverem, que se procedendo por este Juízo e cartório do Crime, aos termos de um processo crime, que a Justiça Pública move contra Olímpio Carvalho Lima, vulgar "Nenê", o qual se encontra em lugar incerto e não sabido, tendo o dr. Promotor Público da comarca de Chapecó, em data de 4-1-1939, apresentado denúncia contra o réu acima referido, e o processo correu os seus trâmites legais à revelia do réu até a pronúncia, que por determinação deste Juízo deverá ser publicada por três vezes no "Diário da Justiça" do Estado. Pronúncia: Vistos e examinados estes autos de processo crime em que é autora a Justiça Pública, por seu Promotor, e réu, Olímpio Carvalho Lima. A ocorrência criminosa, de acordo com a narrativa feita na denúncia, se passou pela seguinte forma: "No dia 2 de novembro, de 1938, pelas dezolito horas, mais ou menos, na estrada, no lugar denominado Alegre do Marco, distrito de Abelardo Luz, nesta comarca, o réu, armado de revólver calibre 38, sem motivo justificado e de surpresa, detenuo dois tiros contra Olímpio Anes Pinheiro, conhecido por Negro, indo um dos projéteis atingir a este, produzindo-lhe o ferimento descrito no auto de exame cadavérico de fls. Autuada e recebida a denúncia procedeu-se à formação da culpa, sendo o réu, por não ter sido encontrado e achar-se em lu-

gar desconhecido, citado por edital, substituído em exercício da comarca de Orleans, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, ou dêem conhecimento tiverem, expedido dos autos número 1.839, de ação de usucapião em que são requerentes Pompílio Bussolo, Orlando Bussolo e sua mulher e que se processa perante este Juízo e pelo cartório do Cível, Comércio e Provedoria, atendendo ao que lhe foi requerido pelos autores, que justificaram devidamente a posse para usucapião do referido imóvel abaixo descrito pelo presente edital, cito a todos aqueles que porventura tenham qualquer direito no referido imóvel, para no prazo de trinta (30) dias, que correrá da data da primeira publicação do presente, se fizerem representar na causa por advogado legalmente habilitado e contestar nos dez (10) dias subsequentes, a petição inicial abaixo descrita alegando o que lhe oferecer em defesa de seus direitos, sob pena de decorrido o prazo marcado, se considerar perfeita a citação dos interessados e ter início o prazo para contestação na forma da lei. "Petição: Exmo, sr. dr. juiz de direito da comarca de Orleans: Pompílio Bussolo e Orlando Bussolo e s/mulher, brasileiros, residentes no lugar de nome Rio Belo, desta comarca, por seu advogado infra-assinado, vem, com fundamento nos artigos 550 e 552 do Código Civil e na conformidade do processo estabelecido nos artigos 454 e seguintes do Código de Processo Civil, propor a presente ação de usucapião, provando mediante prévia justificação, o seguinte: I) Que possuem há mais de 30 anos, mansa e pacificamente, por si e seus antecessores, um terreno sito no lugar de nome Rio Belo, município de Orleans, com as seguintes confrontações e medidas: primeira linha (ponto de partida), à margem direita do Rio Belo, localizada-se um março na distância de 14 metros do dito Rio, com o rumo 89°00' a sudoeste, onde vai encontrar o marco do perímetro urbano na distância de 341,5 metros do Rio; confronta-se nesta linha, com quem de direito; e segunda linha, com 48,5 metros, toma o rumo 2°00' noroeste, até alcançar a margem direita dum córrego; confronta-se nesta linha com Abílio Bernardino da Luz; a terceira linha, segue pelo curso natural do córrego até alcançar a margem direita do Rio Belo; e, a quarta linha é constituída da margem direita do Rio Belo, descendendo o curso do mesmo até alcançar o ponto de partida (primeira linha), com a área de 125.920 m². II) Que possuem os suplicantes, benfeitórias, representadas por plantações diversas, III) Que, nesta condições, requer a v. excia. se digne mandar designar dia, hora e local para a justificação prévia, com ciência do representante do Ministério Público, ouvindo-se as testemunhas do rol abaixo, as quais comparecerão independentemente de intimação, dispensando-se a citação do Serviço Público da União em virtude de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Requer ainda que, feita a justificação da posse e julgada a mesma por sentença, se digne v. excia., mandar citar os confrontantes conhecidos, e, por edital, com o prazo de trinta dias, os interessados ausentes e desconhecidos, para acompanharem os termos do processo até final, sob pena de revelia, apresentando defesa, se tiverem o que alegar, dentro do prazo legal, sendo a ação, a final julgada de plano, bem a consequente expedição do mandado de transcrição no Registro de Imóveis da comarca, da sentença que atribuir o domínio da área usucapiada, protestando-se por todo gênero de provas em direito permitido, inclusive vistorias e depoimento pessoal de testemunhas. Termos em que, pede deferimento. Sobre duas estampilhas de Cr\$ 2,00 e uma taxa de saúde, todas-estaduais, estava datado e assinado: Orleans, 24 de novembro de 1958. Pp. Negalvio Carlos Mussi. 24-11-58. 24/11/58. 24/11/58. Em tempo: Dá-se a presente para os efeitos fiscais, o valor de dois mil e cem cruzeiros (.....)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ORLEANS

Edital de citação

O doutor Ernani Palma Ribeiro, juiz

de direito da 1ª Vara da Comarca de Joinville, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, ou dêem conhecimento tiverem, expedido dos autos número 1.839, de ação de usucapião em que são requerentes Pompílio Bussolo, Orlando Bussolo e sua mulher e que se processa perante este Juízo e pelo cartório do Cível, Comércio e Provedoria, atendendo ao que lhe foi requerido pelos autores, que justificaram devidamente a posse para usucapião do referido imóvel abaixo descrito pelo presente edital, cito a todos aqueles que porventura tenham qualquer direito no referido imóvel, para no prazo de trinta (30) dias, que correrá da data da primeira publicação do presente, se fizerem representar na causa por advogado legalmente habilitado e contestar nos dez (10) dias subsequentes, a petição inicial abaixo descrita alegando o que lhe oferecer em defesa de seus direitos, sob pena de decorrido o prazo marcado, se considerar perfeita a citação dos interessados e ter início o prazo para contestação na forma da lei. "Petição: Exmo, sr. dr. juiz de direito da comarca de Orleans: Pompílio Bussolo e Orlando Bussolo e s/mulher, brasileiros, residentes no lugar de nome Rio Belo, desta comarca, por seu advogado infra-assinado, vem, com fundamento nos artigos 550 e 552 do Código Civil e na conformidade do processo estabelecido nos artigos 454 e seguintes do Código de Processo Civil, propor a presente ação de usucapião, provando mediante prévia justificação, o seguinte: I) Que possuem há mais de 30 anos, mansa e pacificamente, por si e seus antecessores, um terreno sito no lugar de nome Rio Belo, município de Orleans, com as seguintes confrontações e medidas: primeira linha (ponto de partida), à margem direita do Rio Belo, localizada-se um março na distância de 14 metros do dito Rio, com o rumo 89°00' a sudoeste, onde vai encontrar o marco do perímetro urbano na distância de 341,5 metros do Rio; confronta-se nesta linha, com quem de direito; e segunda linha, com 48,5 metros, toma o rumo 2°00' noroeste, até alcançar a margem direita dum córrego; confronta-se nesta linha com Abílio Bernardino da Luz; a terceira linha, segue pelo curso natural do córrego até alcançar a margem direita do Rio Belo; e, a quarta linha é constituída da margem direita do Rio Belo, descendendo o curso do mesmo até alcançar o ponto de partida (primeira linha), com a área de 125.920 m². II) Que possuem os suplicantes, benfeitórias, representadas por plantações diversas, III) Que, nesta condições, requer a v. excia. se digne mandar designar dia, hora e local para a justificação prévia, com ciência do representante do Ministério Público, ouvindo-se as testemunhas do rol abaixo, as quais comparecerão independentemente de intimação, dispensando-se a citação do Serviço Público da União em virtude de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Requer ainda que, feita a justificação da posse e julgada a mesma por sentença, se digne v. excia., mandar citar os confrontantes conhecidos, e, por edital, com o prazo de trinta dias, os interessados ausentes e desconhecidos, para acompanharem os termos do processo até final, sob pena de revelia, apresentando defesa, se tiverem o que alegar, dentro do prazo legal, sendo a ação, a final julgada de plano, bem a consequente expedição do mandado de transcrição no Registro de Imóveis da comarca, da sentença que atribuir o domínio da área usucapiada, protestando-se por todo gênero de provas em direito permitido, inclusive vistorias e depoimento pessoal de testemunhas. Termos em que, pede deferimento. Sobre duas estampilhas de Cr\$ 2,00 e uma taxa de saúde, todas-estaduais, estava datado e assinado: Orleans, 24 de novembro de 1958. Pp. Negalvio Carlos Mussi. 24-11-58. 24/11/58. 24/11/58. Em tempo: Dá-se a presente para os efeitos fiscais, o valor de dois mil e cem cruzeiros (.....)

Cr\$ 2.100,00). Testemunhas: Evaristo Flausino de Souza, Felipe Santiago da Silva". Nesta petição, foi proferido o seguinte despacho: "A. Como requer, Intime-se as partes para a audiência de justificação prévia que designo para o dia 26 do corrente, às 10 horas, na sala de audiências do fóro, Orleans, 24-11-58. (Ass.) Ernani Palma Ribeiro, juiz substituto, em exercício". Feita a justificação prévia, foi proferida a sentença do teor seguinte: "Vistos, etc. Julgo, por sentença, a justificação de fls. em que são requerentes Pompílio e Orlando Bussolo, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Cite-se por mandado todos os confrontantes conhecidos e residentes nesta comarca, bem como o dr. Promotor Público; e por edital, com prazo de trinta (30) dias, publicação uma (1) vez no "Diário da Justiça" e três (3) vezes no jornal "A Imprensa", de Tubarão, por ser o mais próximo desta comarca. P. R. I. Orleans, 28-11-1958. (Ass.) Ernani Palma Ribeiro, juiz substituto, em exercício". E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandei expedir o presente edital, que será afixado no lugar de costume, na sede deste juízo e por cópias, publicado uma (1) vez no "Diário da Justiça" e três (3) vezes no jornal "A Imprensa", de Tubarão. Dado e passado nesta cidade de Orleans, ao primeiro (1º) dia do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e oito (1958). Eu, Germano Redivo, escrivão, que o dactilografarei. Orleans, 1º de dezembro de 1958. (Ass.) Ernani Palma Ribeiro, juiz substituto, em exercício. Confere com o original que foi afixado no lugar de costume, na sede deste juízo. Eu, Germano Redivo, escrivão, que o dactilografarei. (3.378)

JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE JOINVILLE

Edital

O doutor Norberto de Miranda Rano, juiz de direito da 1ª. Vara da Comarca de Joinville, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber, aos que o presente edital de citação com o prazo de trinta dias, virem interessar possa dele notícias tiverem que por parte de Antônio Henrique Vieira lhe foi dirigida a petição do teor seguinte: — Exmo sr. dr. juiz de direito da 1ª. Vara desta Comarca, Antônio Henrique Vieira, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado nesta comarca na Estrada Bupéva, por seu bastante procurador, o advogado infra assinado, que vem a presença de V. Excia. expor e por final requerer o que abaixo segue: — 1 — que, o suplicante vem ocupando há mais de trinta anos, mansa e pacificamente, sem oposição de quem quer que seja, um imóvel sito nesta comarca, na Estrada Bupéva neste município de Joinville, com os característicos e confrontações descritos no item a seguir; — 2 — que, o imóvel possui a seguintes confrontações: — Faz frente para o lado Norte com um caminho particular que vai até a estrada Bupéva, limitando em uma extensão de 433,85 metros com terras de João de Oliveira; do lado Sul limita em uma extensão de 413,60 metros com terras de José Machado e de herdeiros de José Fernandes Dias; do lado leste, uma extensão de 298,40 metros com terras de herdeiros de Amelio de Oliveira; ou quem de direito; do lado Oeste, em extensão de 290,00 metros com terras de José Pinheiros Machado e João Fernandes; 3 — que o imóvel possui suas divisas perfeitamente claras, e abertas havendo em grande parte plantação e agricultura, possuindo o requerente inclusive ali sua casa de moradia; 4 — que, apesar de assim o ser, o suplicante não possui título de domínio definido de todo, e

quer legitimar sua posse nos termos do artigo 550 do Código Civil. Para dito fim requer a designação do dia, hora e lugar para a justificação exigida pelos artigos 451 do Código de Processo Civil, na qual deverão ser inquiridas as testemunhas abaixo arroladas: Requer outrossim depois de feita a justificação, a citação pessoal dos atuais confrontantes, bem como do representante do Ministério Público, e por 30 dias, dos interessados ausentes e desconhecidos, todos para acompanharem os termos e atos da presente ação de usucapio, depois da terminação do prazo dos editais, nos termos do artigo 455 do C.P.C., por meio da qual deverá ser reconhecido o declarado o domínio do suplicante sobre o aludido terreno, ficando citados ainda para no prazo legal apresentarem contestação e para seguirem a causa até final sentença, sob as penas da lei. Dá-se a presente o valor de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) para os efeitos fiscais, protestando-se juntar documentos, assim como ouvir testemunhas, pelo depoimento pessoal dos interessados, perícias, vistorias, arbitramentos, demais provas em direito permitidas. Nestes Termos D. e A. com os documentos. Pede deferimento. Testemunhas: — João Fernandes Dias, brasileiro, casado com 58 anos de idade, filho de José Fernandes Dias, João Fernandes de Oliveira, brasileiro, casado, com 57 anos de idade, lavrador, filho de Manoel Fernandes, Joinville, 28 de agosto de 1958. p.p. Hercílio A. da Luz, sobre estampilhas estaduais no valor de Cr\$ 4.00. — Devidamente inutilizadas. E tendo sido proceida a justificação requerida e ordenada foi pelo MM. Juiz de Direito desta Comarca, proferida a sentença, do teor seguinte: — Vistos, etc... Juízo, por sentença a justificação procedida, para que produza os seus devidos e legais efeitos. Citam-se por mandado, para contestarem o pedido, os confrontantes mencionados na inicial e o dr. Promotor Público por precatória ao Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Florianópolis, e Chefe do Serviço Regional do Patrimônio da União, e por edital, com o prazo de 30 dias, que deverá ser afixado no lugar do costume e reproduzido, uma vez, no "Diário Oficial" do Estado, e três vezes, em um dos jornais desta cidade, os interessados incertos e desconhecidos. P. R. I. Joinville, 0 de setembro de 1958. (as.) Francisco José Rodrigues de Oliveira, Juiz de Direito, em exercício. "Em virtude do que se passou a presente edital pelo qual cite-se e chama-se os interessados incertos na presente causa, para que no prazo de dez dias que se segurem o término deste edital, contestarem a presente ação de usucapio, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Joinville, aos 16 dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e cinquenta e oito. Eu, Rodrigo, de Oliveira Lobo, escrivão o subscrevi. (as.) Norberto de Miranda Ramos, Juiz de Direito. (Coladas e devidamente inutilizadas estampilhas estaduais no valor de Cr\$ 7.00). Confere com o original, ao qual me reporto e dou fé. Joinville, 10 de novembro de 1958. O escrivão, Rodrigo de Oliveira Lobo. (3348)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CURITIBANOS

Edital de notificação para conhecimento de terceiros

O cidadão Henrique Coninck Júnior, Juiz de Paz, no cargo de Juiz de Direito da Comarca de Curitiba, Estado de Santa Ca-

tarina, na forma da lei, etc... Faz saber aos que o presente edital virem, notícia tiveram ou interessar possa que lhe foi dirigida as petições do seguinte teor: "Exmo. sr. dr. Juiz de Direito da Comarca de Curitiba, Elvira Capistrano, brasileira, casada, de prendas domésticas, residente nesta cidade, por seu procurador abaixo firmado, inscrito na O. A. B., Secção deste Estado sob n. 1.033, expõe e requer 1º — A requerente é casada com o sr. Avai Capistrano, brasileiro, casado, mecânico. 2º — Têm três filhos menores impuberes do sexo feminino, sendo: — Maria Elizabeth Capistrano com 4 anos de idade, Tereza Solange Capistrano com 2 anos de idade, Eni Rosângela Capistrano com 4 meses de idade. 3º — A requerente é pessoa extremamente pobre (conforme atestado de miserabilidade anexo). 4º — Que depois de seu marido, já por longo espaço de tempo os haver tratado até com crueldade, há meses abandonou o lar conjugal indo residir na vizinha cidade de Rio do Sul com uma mulher prostituta. 5º — Que mesmo na véspera da sua partida iludiu sua família, vendendo até o próprio fogão de sua casa. 6º — Ainda antes de abandonar o lar, efetuou a venda de suas quotas, da firma "Oficina Mecânica Serrana", situada nesta cidade, da qual era quotista. 7º — Que na referida firma resta a receber o pagamento de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00), o qual foi efetuado em letras promissórias ou cambiais. 8º — Que a suplicante com fundamento no artigo 676— VIII do Código de Processo Civil, lhe sejam prestadas alimentos provisionais. 9º — Dada a existência dessas letras julgamos devesssem as mesmas serem depositadas em casa Bancária, para de acordo com o arbitrado, a requerente fazer a retirada mensal podendo assim manter-se e a seus filhos. Essas letras seriam a garantia, por ser o único bem disponível do marido. Diante do exposto, com o devido respeito pedimos a v. Excia., se digne mandar proceder a citação por precatória, se residir ele em Rio do Sul, e por edital se for em lugar ignorado, isto é seu marido Avai Capistrano, para no prazo de 48 horas, contestar a ação, querendo, e espera que justificado o pedido com as testemunhas abaixo arroladas e documentos inclusos, seja o réu condenado a prestar os devidos alimentos provisionais na forma da lei. Para os efeitos fiscais dá-se o valor de Cr\$ 2.100,00. Termos em que P. Dederimento. Curitiba, 22 de agosto de 1958. (as.) Mário de Andrade Lemos, Assistente Judiciário. "Exmo. sr. dr. Juiz de Direito da Comarca de Curitiba, Elvira Capistrano, por seu procurador abaixo, vem com o devido acatamento requerer e expor a v. Excia., o seguinte: Que na ação ordinária de alimentos que moveu contra seu espóso Avai Capistrano, no Juízo de Direito desta comarca, na inicial por um lapso deixamos de requerer que fosse notificado o sr. Ivar Comerlatto, gerente da firma "Mecânica Serrana Ltda", como medida preventiva sustasse o pagamento de duas letras promissórias, as quais encontram-se em poder do referido Avai Capistrano, por tratar-se do único bem do casal. Outrossim, requeremos ainda, que a notificação seja publicada em edital, a fim de que terceiros tomem conhecimento da mesma. Termos em que, P. Dederimento. Curitiba, 13 de novembro de 1958. (as.) Mário de Andrade Lemos, Defensor Dativo". Despacho: "Expeça-se o competente mandado de notificação e edital solicitando. Curitiba, 17 de novembro de 1958 (as.) Henrique Coninck Júnior, Juiz de Direito, em exercí-

cio". E por isso, foi passado o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado uma vez no "Diário Oficial" do Estado e duas vezes no "Jornal Catarinense", da vizinha cidade de Lajes, por meio do qual ficam notificados todos os interessados, pelo inteiro teor das petições e despacho acima transcritos. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, aos dezoito dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e oito. Eu, Virgílio Dolberth, escrivão, o datilografeei. (Sem selos por ser com assistência Judiciária). Henrique Coninck Júnior, Juiz de Paz, no cargo de Juiz de Direito. (3355)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CONCORDIA

Edital de citação de réu ausente, com o prazo de quinze (15) dias

O doutor João Rodrigues de Araújo, Juiz de direito da comarca de Concórdia, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber, que a este Juízo foi apresentada denúncia contra Pedro Pereira brasileiro, natural deste Estado, solteiro, operário, com 19 anos mais ou menos, residente na localidade de Lajeado dos Pinheiros, neste município e comarca, como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, ns. II e III, do Código Penal, Decretada a prisão preventiva contra o réu acima referido, o mesmo evadiu-se da Cadeia Pública desta cidade, conforme comunicação de fls. 22, junto aos autos, e achando-se o mesmo em lugar incerto e não sabido, motivo porque mandei, que se passasse o presente edital, por meio do qual fica citado o referido réu Pedro Pereira, com o prazo de quinze (15) dias, a comparecer perante este Juízo, no Edifício da Prefeitura Municipal de Concórdia, no dia 17 de dezembro próximo vindouro, às 10 horas, a fim de se submeter a interrogatório e acompanhar o processo em todos os seus termos, sob pena de revelia. E, para que chegue ao conhecimento de quem possa interessar, passou-se o presente edital que será afixado no lugar de costume deste Juízo, e enviado cópia ao "Diário da Justiça" do Estado, para três publicações. Dado e passado nesta cidade de Concórdia, aos onze (11) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e cinquenta e oito. Eu, Alvaro Antônio José Pille, escrivão o dactilografeei. João Rodrigues de Araújo, Juiz de direito. Certidão: Certifico haver afixado o original do edital, cuja cópia supra se vê, no lugar de costume deste Juízo. O referido é verdade e dou fé. Concórdia, 11 de novembro de 1958. Alvaro Antônio José Pille, escrivão. (3-3) (9253)

Edital de intimação de sentença, com o prazo de 60 dias e designação de audiência e deveres dos réus

O doutor João Rodrigues de Araújo, Juiz de direito da comarca de Concórdia, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber aos réus José Alves de Jesus, vulgo Juca Mil Homem, João Rodrigues, Vicente Luiz de França e Luiz de França, todos brasileiros, agricultores, maiores residentes em Sertãozinho, neste município e comarca, que nos autos de ação penal, que lhes moveu a Justiça Pública desta comarca, como incurso nas sanções do artigo 129 do Código Penal, por delito praticado contra Edmundo Macoski e Servido Corbari, foi proferida em 4 de julho de 1958 a sentença que os condenou como incurso naquele artigo,

a cumprir a pena de quatro (4) meses de detenção, pagamento das custas do processo e taxa penitenciária de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) cada um. Pela mesma sentença foi concedido ao réu João Alves de Jesus, vulgo Juca Mil Homem, os benefícios da suspensão condicional da pena, pelo prazo de dois anos, mediante as condições que lhe estão impostas na respectiva audiência, que está designada para o dia 19 de janeiro de 1959, às 10 (dez) horas, na sala de audiências deste Juízo, no Edifício do Fórum, na Prefeitura Municipal de Concórdia. Constatando dos autos que os réus João Rodrigues, Vicente Luiz França e Luiz França, se encontram em lugar incerto e não sabido, conforme certidão o sr. Oficial de Justiça encarregado da diligência, mandei expedir o presente edital com o prazo de 60 dias, pelo qual ficam os mencionados réus intimados da decisão deste Juízo e bem assim identificados, que findo esse prazo, que será contado a partir da publicação deste no "Diário da Justiça" do Estado, terão o de cinco dias, para, querendo, recorrer daquela sentença, para superior instância, ficando ainda o réus João Alves de Jesus intimados de que deverão comparecer perante este Juízo, no dia, hora e local supra designados, a fim de ser advertido dos deveres e obrigações a que fica sujeito em virtude da aceitação dos benefícios que recebeu, tudo sob as penas de serem eles revogados. E para que chegue ao conhecimento dos, mandei expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado na cidade de Concórdia, aos 10 (dez) dias do mês de novembro do ano de 1958. Eu, Alvaro Antônio José Pille, João Rodrigues de Araújo, Juiz de direito. (3-3) (9254)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SAO FRANCISCO DO SUL
Edital de citação

O doutor Cláudio Rodrigues de A. Horn, Juiz de direito da comarca de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber a todos aqueles que o presente edital com o prazo de (30) dias virem, ou dele notícia tiverem, que o dr. Promotor Público denunciou a Antônio Michalak, brasileiro, casado, natural deste Estado, com 35 anos de idade, residente e domiciliado no lugar Barra do Sul, nesta comarca, como incurso nas penas do artigo 129, do Código Penal. E, como não tenha sido possível citá-lo pessoalmente, para se ver processar e julgar, segundo certidão do Oficial de Justiça passada a fls. dos respectivos autos, com este chama e cita o referido denunciado, a comparecer neste Juízo, no Edifício do Fórum, à Praça Dr. Getúlio Vargas, desta cidade, sala das audiências deste Juízo, no prazo de (30) dias, ou seja no dia 27 do mês de dezembro de 1958, às (9) horas, a fim de ser interrogado no dito processo, assistir a instrução criminal e acompanhá-lo em todos os seus demais atos e termos até final sentença e sua execução, sob pena de revelia, ficando também citado para apresentar defesa escrita logo após o interrogatório, ou nos três dias subsequentes e arrolar testemunhas de defesa, se assim o quiser. E, para que chegue ao conhecimento do dito denunciado, mandou passar o presente edital que será afixado às portas do Fórum e publicado na imprensa local. Dado e passado nesta cidade de São Francisco do Sul, aos 21 de novembro de 1958. Eu, Carlos Tavares de Carvalho, escrivão do Crime, dactilografeei e subscrevi. Cláudio Rodrigues de A. Horn, Juiz de direito. Certidão: Certifico que a cópia supra está conforme o original, afixado nesta data, às portas do Fórum, do que dou fé. São Francisco do Sul, 21 de novembro de 1958. O escrivão: Carlos Tavares de Carvalho. (3—3) (9256)

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XII

Florianópolis, 19 de dezembro de 1958

NÚMERO 453

4º SESSÃO LEGISLATIVA

MESA

PRESIDENTE

JOSÉ DE MIRANDA RAMOS

1º VICE-PRESIDENTE

BRAZ JOAQUIM ALVES

2º VICE-PRESIDENTE

JOÃO CARUSO MAC DONALD

1º SECRETARIO

ROMEU SEBASTIÃO NEVES

2º SECRETARIO

MÁRIO OLINGER

SUPLENTE

JOSÉ WALDOMIRO SILVA

OLICE PEDRA DE CALDAS

INDICAÇÃO N. 9/58

Sr. Presidente:

Srs. Deputados.

As constantes chuvas, principalmente nas estações do outono e do inverno, ocasionam na região de Brusque, Tijucas etc., avultados danos das estradas, o que as torna, por vezes, absolutamente intransitáveis. É fácil de calcular os prejuízos daí advindos, tanto para Brusque como para Nova Trento e localidades intermediárias.

Centenas de viaturas ficam imobilizadas, nessas ocasiões, dado a situação de intransitabilidade. Daí resultam a paralisação ou a redução de atividades industriais e comerciais, o perecimento de safra de importante lavoura dessa zona.

É tudo apenas pela falta de uma rodovia de emergência que, despontando os baixos e cortando uma zona interiorana assegure o acesso ininterrupto entre Brusque e Florianópolis, servindo as populações e localidades intermediárias.

Uma estrada ligando Nova Trento, Tijupió, (município de Tijucas) e Três Riachos (município de Biguaçu), reduzirá 37 quilômetros na distância de Nova Trento a Florianópolis, ao mesmo tempo que resolverá definitivamente os problemas das inundações.

Com esta estrada jamais o trânsito ficará interrompido. Nem se diga ser obra dispendiosa, pois basta completar algumas ligações e no povoado de Colônia construir, sobre o Rio Tijucas uma ponte de uns 50 metros. Essa rodovia, atravessando uma região riquíssima e que se expande incessantemente, constituirá uma artéria de extraordinária utilidade na expansão econômica da região.

Diante dessas considerações, apresentamos a seguinte indicação, a ser encaminhada ao senhor Governador do Estado.

Seja construída a estrada de Três Riachos, ligando Brusque a Florianópolis, com a intersecção dos trechos de Nova Trento a Tijupió e deste a Biguaçu, bem como a construção de uma ponte sobre o Rio Tijucas, no povoado de Colônia.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1958.

a) Braz Joaquim Alves — Deputado.

TELEGRAMA

Destinatário — Governador Jorge Lacerda.

Cidade — Florianópolis — Estado — Santa Catarina.

Proprietários veículos vg motoristas profissionais vg residentes Brusque vg grandemente prejudicados face sucessivas interrupções trânsito estrada Florianópolis motivo inundações vg apelam para vossa excelência construção imediata Estrada Nova Trento — Três Riachos vg Soluções definitivamente grave problema diminuindo grande parte distância pt (ass). Arno Pruner — Hugo Staack — Geraldo Nicbuhr — Arno Reis Homero de Mello — Natal Maschi — Milton Machado — João Backes — Arno Wilbier — Augusto Pavezi — Germano Basni — Anselmo Barni — Felipe Pires Horácio da Silva — Orlando Verviche — Miguel Moacir Machado — Henrique Pavezi — Antônio Schaad — José Bianchini — Osmar Pruner — Ewaldo Krieger — Oswaldo Nicbuhr — Hélio de Souza — Mário Walendowsky — Olivio Pruner — Victor Pereira Edd Mariano — José Walendowsky — José Zucco — Altamiro Becker — Germano Benvenuto — Oscar Malucher — Paulo Amâncio Corrêa — Daniel Barni — Alexandre Barni — Pedro Sestren — Willi Keller — Guilherme Bonomini — Anselmo Mayer pt

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

Visa a presente indicação, endereçada ao Chefe do Poder Executivo, a construção da Estrada Nova-Trento — Três Riachos.

A indicação é legal e constitucional.

S. das Comissões, em 15-10-1958.

(a.) Osni Régis.

Aprovado por unanimidade.

Sala das Comissões, 21-10-1958.

(aa.) Laerte Ramos Vieira, presidente da Comissão. Tupy Barreto, Mário Brusa, Estivalet Pires, Gerhard C. F. Neufert.

Aprovado.

Sala das Sessões, em 22-10-58.

(a.) Sebastião Neves, 1º Secretário. Florianópolis, 27 de outubro de 1958.

Senhor Governador:

Tenho a honra de enviar a vossa excelência as seguintes cópias:

Indicação n. 7/58, autoria do senhor deputado Epitácio Bittencourt, referente à construção de um grupo escolar na localidade de Arroio Corrente, município de Jaguaruna;

Indicação n. 9/58, autoria do senhor deputado Braz Joaquim Alves, referente à construção da estrada Três Riachos e de uma ponte no povoado de Colônia, em Tijucas.

Renovo a vossa excelência protestos de consideração e apreço.

(a.) José de Miranda Ramos, presidente.

Ao exmo. senhor Heriberto Hülse DD. Governador do Estado. — Nesta.

INDICAÇÃO N. 11/58

Exmo. sr. presidente da Assembléia Legislativa:

O deputado José Waldomiro Silva, infra-assinado, da UDN, vem requerer a v. excia. que, após a tramitação regimental e competente aprovação do plenário, se oficie ao exmo. sr. Governador do Estado, solicitando a concretização do seguinte:

1) — Criação de Grupo Escolar e construção do respectivo prédio no município de Água Doce; e

2) — Construção de prédio para Delegacia de Polícia e Cadeia.

JUSTIFICAÇÃO

I — A criação de um Grupo Escolar vem sendo pleiteada a vários anos pelo povo de Água Doce, município recentemente instalado.

As "Escolas Reunidas", que funcionam em terreno de propriedade de Congregação de Religiosas, não satisfazem mais as necessidades escolares. Criado e instalado o município, confia o povo de Água Doce no atendimento da velha aspiração representada pela construção de um Grupo Escolar na sede da comuna.

II — Também a construção de prédio para funcionamento da Delegacia de Polícia e respectiva Cadeia é necessidade urgente do município de Água Doce.

Para justificá-lo não será preciso arrolar fatos e mais fatos; considere-se apenas que é um município, em franco progresso, e não dispõe de prédio para a Delegacia e Cadeia.

Florianópolis, 4 de agosto de 1958.

(a.) José Waldomiro Silva, deputado estadual.

PARECER

Senhor presidente. Para estudo e parecer recebemos a Indicação n. 11/58 de autoria do deputado José Waldomiro Silva, na qual sugere ao exmo. sr. Governador do Estado a criação e construção de um Grupo Escolar e a construção de um prédio para instalar a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, no município de Água Doce; em se tratando de uma indicação, está em condições de ser aprovado e encaminhada através da Assembléia Legislativa ao exmo. sr. Governador do Estado.

Sala das reuniões, 30 de outubro de 1958.

Gerhard C. F. Neufert.

Aprovado por unanimidade.

Em 30 de outubro de 1958.

(aa.) Laerte Ramos Vieira, Geraldo Günther, Mário Brusa, Lecian Slovinski, João Colodel — Osni Régis.

Florianópolis 6 de novembro de 1958.

Senhor Governador.

Tenho a honra de enviar a vossa excelência a cópia da Indicação n. 11/58, de autoria do senhor deputado José Waldomiro Silva, na qual solicita a criação de grupos escolar e construção de prédio para Delegacia de Polícia e Cadeia, no município de Água Doce.

Renovo a vossa excelência protestos da elevada estima e distinta consideração.

(a.) José de Miranda Ramos, presidente.

Aprovado.

Providencie-se.

O encaminhamento.

Em 3-11-58.

(a.) Romeu Sebastião Neves, 1º secretário.

Ao excelentíssimo senhor Heriberto Hülse, DD. Governador do Estado. — Nesta.

68ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1958, AS 14 HORAS

PRESIDENTE

SR. JOSÉ DE MIRANDA RAMOS.

SECRETARIA

SRS. ROMEU SEBASTIÃO NEVES E MÁRIO LONGER 1º e 2º SECRETARIO.

Às 14 horas, compareceram os seguintes senhores deputados.

- 1 — Antônio Palma
- 2 — Benedito Carvalho
- 3 — Ulisses Longo
- 4 — Frederico Gassenferth
- 5 — Francisco Canziani
- 6 — Gerhard Neufert
- 7 — Caruso Mas Donnal
- 8 — Waldomiro Silva
- 9 — Laerte Vieira
- 10 — Sebastião Neves
- 11 — Ruy Hülse
- 12 — Tupy Barreto
- 13 — Mário Brusa
- 14 — Antônio Almeida
- 15 — Epitácio Bittencourt
- 16 — Heitor Guimarães
- 17 — Ivo Silveira
- 18 — Estivalet Pires
- 19 — Bahia Bittencourt
- 20 — Lecian Slovinski
- 21 — Oscar da Nova
- 22 — Pedro Kuss
- 23 — Braz Alves
- 24 — Francisco Machado
- 25 — Miranda Ramos
- 26 — Estanislau Romanowski
- 27 — Volney de Oliveira
- 28 — Livandário Nóbrega
- 29 — Rubens Nazareno Neves.

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a Sessão.

(O sr. Mário Olinger, 2º secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, aprovada sem restrições.)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa Projeto de lei de autoria de diversos senhores deputados, aumentando o número de deputados para a presente Legislatura.

A presidência deixa de receber o referido Projeto por tratar-se de matéria inconstitucional.

Libre a palavra na hora do Expediente.

(Pausa)

Não havendo oradores encerrada a Hora do Expediente.

Passemos à Ordem do Dia. Como primeira matéria da Ordem do Dia, temos a Votação do Projeto de Lei n. 162/58 que fixa a Resolução n. 27/58 da Câmara Municipal de Joinville, criando o distrito de Boa Vista.

Em votação.

(Pausa)

Aprovado.

O SR. HEITOR GUIMARÃES — Sr. presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — O sr. secretário procederá à verificação.

(Procede-se à verificação).

O SR. SECRETARIO — 10 votos a favor, 9 contra.

O SR. PRESIDENTE — Aprovado o Projeto em primeira votação.

Segunda discussão e votação do Projeto de lei n. 198/57, que define os dependentes do servidor público estadual e das entidades supervisionadas pelo Estado.

O presente Projeto de Lei sofre emendas, muito embora aprovado em primeira discussão no dia 9/6/58.

Está, pois em segunda discussão o Projeto, que é de autoria do Sr. Deputado Miguel Daux.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, vou colocá-lo em votação.

(Pausa)

Em votação a primeira emenda, de autoria do Sr. Deputado Laerte Vieira:

“Dê-se ao art. 2º a seguinte redação: Compreende-se como servidores, com direito à percepção do salário família, os funcionários civis ativos ou inativos”.

(Pausa)

Aprovada.

Em votação a segunda emenda, tam-

bém de autoria do Sr. Deputado Laerte Vieira:

“Suprimam-se no art. 1º os itens I, V e VII.

Dê-se ao item VI do art. 1º a seguinte: “a mãe viúva e ao pai inválido”.

(Pausa)

Aprovada.

Em votação o Projeto.

(Pausa)

Aprovado.

Encerrada a Ordem do Dia da presente Sessão.

A presidência, antes de passar a Explicações Pessoais, solicita ao sr. presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, no sentido de que providencie para que o Acórdão, com o Fomento Vegetal, seja relatado naquela Comissão, dada a insistência e reclamações que vem recebendo por parte dos órgãos interessados.

Libre a palavra em Explicações Pessoais.

O SR. LENOIR VARGAS FERREIRA — (Pepe a palavra) Sr. presidente, desejo encaminhar a v. excia. uma certidão contendo documentos referentes ao Ofício n. 16/58, da Prefeitura Municipal de Joinville.

Entre esses documentos se encontra a Resolução da Câmara Municipal daquele município, criando o distrito de Boa Vista, com o parecer dado pela Assembléia Legislativa. Há também, o projeto aprovado por esta Casa e a decisão da Assembléia, em 23 de junho de 1958, rejeitando-o e mandando arquivá-lo. Requeiro que este documento seja anexado ao outro projeto referente ao mesmo assunto, que está em andamento na Assembléia, e que, ao que me parece estaria a Assembléia incorrendo num equívoco inflingindo dispositivo constitucional.

Por este motivo encaminho, a v. excia. a fim de que seja devidamente anexada, ao projeto respectivo. Se v. excia. entender oportuno encaminhar a Comissão de Justiça para que esta se manifeste a respeito.

O SR. PRESIDENTE — A presidência defere o pedido de v. excia.

O SR. BAHIA BITTENCOURT — (Pela ordem) — Sr. presidente. Requeiro a v. excia., na forma regimental, cópia do discurso pronunciado pelo sr. deputado Francisco Canziani, na sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE — A presidência defere o pedido formulado por v. excia.

O SR. IVO SILVEIRA — Sr. presidente, na qualidade de presidente da Comissão de Finanças, solicitaria a v. excia. a convocação dos membros da referida Comissão para uma reunião logo após o término da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE — Ficam convocados os srs. membros da Comissão de Finanças, conforme solicita seu presidente.

O sr. Laerte Vieira — (Pede aparte) — Sr. presidente. Hoje é dia de reunião da Comissão de Justiça e para tal, pediria ao sr. deputado Ivo Silveira que permitisse aos membros daquela Comissão e que pertencem a de Justiça, que a esta comparecessem, pois que o número de deputados, destas duas Comissões, não é suficiente para dar “quorum”, simultaneamente, às duas Comissões reu-

nidas.

O SR. PRESIDENTE — Ficam convocados os srs. deputados membros da Comissão de Justiça.

O SR. IVO SILVEIRA — Sr. presidente. Solicitei a convocação de uma sessão da Comissão de Finanças hoje, porque não nos foi possível conseguir “quorum” para deliberação na sessão de ontem. E, como se encontra na Casa a Lei Orgamentária, lei esta que julgo de capital importância, a mais importante que tramita por esta Casa, convoque-a pois não quero que amanhã ou depois se venha dizer que o presidente desta Comissão negligenciou no estudo daquela matéria.

O SR. PRESIDENTE — Ficam convocados os membros das referidas Comissões para uma reunião logo após o término da presente sessão.

O SR. MÁRIO BRUSA — (Pede a palavra) — Sr. presidente. Existe na Casa projeto de lei de emenda à Constituição, de minha autoria e que tramita, há muito tempo, nesta Assembléia. Nessas condições solicitaria a v. excia. que me informasse o destino deste projeto na Casa, pois que tenho real interesse em sua tramitação normal, nas Comissões competentes deste Poder.

O SR. PRESIDENTE — A presidência comunica ao sr. deputado que, logo que assumiu a presidência, procurou tomar conhecimento das matérias em tramitação nas diversas Comissões desta Casa, tomando, àquela época, as providências que se faziam necessárias. Dentre as matérias providenciadas encontrava-se a que v. excia. acaba de referir-se. A presidência comunica a v. excia. que irá recolher dados sobre a tramitação deste projeto e procurará, posteriormente, dar ciência a v. excia. do que ocorre.

(Pausa)

Não havendo mais oradores, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, às 8 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Trabalho das Comissões.

Está encerrada a sessão.

69ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1958, ÀS 8 HORAS

PRESIDÊNCIA

JOSÉ DE MIRANDA RAMOS

SECRETARIA

ROMEU SEBASTIAO NEVES E MÁRIO OLINGER, 1º E 2º SECRETÁRIOS

Às 8 horas compareceram os seguintes senhores deputados:

- 1 — Antônio Palma
- 2 — Benedito de Carvalho
- 3 — Ulisses Longo
- 4 — Frederico Gassenferth
- 5 — Caruso Mac Donald
- 6 — José Waldomiro Silva
- 7 — Mário Olinger
- 8 — Tupy Barreto
- 9 — Mário Brusa
- 10 — Epitácio Bittencourt

- 11 — Estivalet Pires
- 12 — Bahia Bittencourt
- 13 — Lauro Locks
- 14 — Lenoir Vargas Ferreira
- 15 — Lecian Slowinski
- 16 — Oscar da Nova
- 17 — Paulo Preis
- 18 — Pedro Kuss
- 19 — João Colodel
- 20 — Francisco Machado
- 21 — José de Miranda Ramos
- 22 — Estanislau Romanowski
- 23 — Livadário Nóbrega
- 24 — Ivo Silveira

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

(O sr. Mário Olinger, 2º secretário, procede a leitura da ata da sessão anterior, aprovada, sem restrições)

O SR. PRESIDENTE — Procede-se a leitura do expediente.

(Não há expediente a ser lido)

O SR. PRESIDENTE — Comunicação: A presidência comunica ao nobre deputado Mário Oreste Brusa que, verificando o processo de Emenda Constitucional, apresentado por s. excia., constatou que o mesmo se encontra parado devido a falta, de um membro da Comissão, motivada pela eleição do sr. deputado Sebastião Neves para componente da Mesa. Assim, apela ao ilustre líder da União Democrática Nacional, para que indique outro nome em substituição ao do referido deputado.

Não há expediente a ser lido. Sobre a Mesa o requerimento, firmado pelo sr. deputado Francisco Machado de Souza, que requer a inclusão, na Ordem do Dia, do Termo de Acórdão n. 6/58, de procedência governamental.

Em discussão o requerimento. Não havendo quem o queira discutir, coloco-o em votação.

(Pausa)

Aprovado.

Libre a palavra à hora do expediente.

O SR. LIVADÁRIO NÓBREGA — (Pede aparte) — Sr. presidente e srs. deputados. Pede a palavra para apresentar, à apreciação do plenário, o seguinte projeto de lei: “Institui a obrigatoriedade da prova de quitação escolar e dá outras providências”.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — O projeto de lei de v. excia. será encaminhado à Comissão competente.

Sobre a Mesa o seguinte requerimento:

“Sr. presidente:

Na forma do art. 101, alínea A, do Regimento Interno, requeiro a inclusão, na Ordem do Dia, dos projetos de lei, n. 168/58, 169/58 e 170/58, apreciados na Comissão de Justiça. Quanto ao projeto número 168/58, incluído neste requerimento, está prejudicado.

(a.) Mário Brusa”.

Em discussão o requerimento.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que estiverem de acordo com o mesmo, queiram permanecer como estão.

(Pausa)

Aprovado.

Continua livre a palavra à hora do expediente.

O SR. MÁRIO BRUSA — (Não foi

revisto pelo orador) — (Pede a palavra) — Sr. presidente e srs. deputados. O regime democrático, mesmo nas mínimas coisas, tem o seu preço e todos nós, entre comemorações de vitórias e lamentações de derrotas, esquecemo-nos daqueles que, grauita e honestamente, dedicam-se à execução do serviço eleitoral, com verdadeiro espírito de sacrifício e sofrendo às vezes, neste serviço, graves consequências.

No dia 3 de outubro, sr. presidente, ocorreu no município de Bom Retiro um grave acidente quando, regressando do interior, onde fora exercer a função de presidente de Mesa, faleceu, vítima de acidente de automóvel, o sr. Faustino Souza, deixando viúva naquele município. É bem verdade, sr. presidente e srs. deputados, que morre um cidadão no cumprimento do dever, vítima do preço que nos custa o regime democrático. Voltarei a esta tribuna, oportunamente, depois de fazer o levantamento da situação em que ficaram os dependentes do extinto. Limiteme, hoje, após ouvido o plenário, a pedir que se transcreva, em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento desse cidadão, que, além do mais, era juiz de paz, naquele próspero município catarinense e que se de ciência deste ato à família enlutada.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão a proposição do sr. deputado Mário Brusa.

(Pausa)

Nenhum dos srs. deputados desejando discutir-la, coloco-a em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Aprovada.

A Mesa associa-se, também, à manifestação de pésames.

Libre a palavra à hora do expediente.

(Pausa)

Não havendo oradores, encerro a hora do expediente.

Passemos à Ordem do Dia.

Como primeira matéria da Ordem do Dia temos o Termo de Acórdão n. 6/58, que aprova termo de renovação de acórdão visando a articulação dos serviços de fomento da produção vegetal.

Em votação.

(Pausa)

Aprovado.

Como segunda matéria da Ordem do Dia consta o projeto de lei n. 170/58, que visa criar o distrito de Lindóia, no município de Concórdia.

Em votação.

(Pausa)

Aprovado, em 1ª discussão. Discussão e votação do projeto de lei n. 169/58, de origem governamental, que aprova termo de acórdão n. 7/58, que visa a instalação de uma escola de iniciação agrícola, no município de Araquari.

Em discussão.

(Pausa)

Aprovado.

Terminada a Ordem do Dia. Passemos às explicações pessoais. Libre a palavra.

(Pausa)

Não havendo oradores, encerro a presente sessão, marcando outra para amanhã, à hora regimental. Está encerrada a sessão.